

Ambiente do investimento privado em São Tomé e Príncipe



GRUPO DO BANCO AFRICANO
DE DESENVOLVIMENTO

DEPARTAMENTO
REGIONAL CENTRO

Ambiente do investimento privado em São Tomé e Príncipe

Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento

O presente relatório sobre a República Democrática de São Tomé e Príncipe faz parte do estudo regional sobre o ambiente de investimento privado nos países da Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC). Além de um relatório regional, este estudo abrange dez relatórios nacionais, um sobre cada país da CEEAC. Os trabalhos relativos a este estudo regional tiveram início em 2011 e foram concluídos no final de 2012.

Os resultados, interpretações e conclusões expressos no presente relatório são da responsabilidade do(s) respetivo(s) autor(es) e não refletem necessariamente as opiniões da direção do Banco Africano de Desenvolvimento, dos administradores do Banco Africano de Desenvolvimento ou dos países que representam, bem como de outras instituições referidas no relatório.

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida, armazenada num sistema de recuperação, ou transmitida, por qualquer forma ou meio, eletrónico, mecânico, fotocópia ou outro sem a autorização prévia do Banco Africano de Desenvolvimento.

O estudo regional foi elaborado sob a supervisão da Sra. Marlène KANGA, diretora regional (ORCE) e do Sr. Abdellatif BERNOUSSI, especialista-chefe para assuntos de economia (ORCE). A equipa responsável pela sua elaboração era composta por Facinet SYLLA, economista nacional (ORCE) e Mouna DIAWARA, economista (ORCE). Beneficiou do apoio dos economistas encarregues dos países da CEEAC: N. KANE DIA (ORCE), K. DIALLO (ORCE), C. MOLLINEDO (ORCE), P. YEMBILINE (ORCE/GAFO), S. WAKANA (ORCE/CDFO), C. N'KODIA (ORCE/TDFO), F. SOARES DA GAMA (ORSB), J. TOKINDANG (EARC/BIFO), J. MUZIMA/F. MATEUS (ORSB/AOFO), bem como dos especialistas da governação e do setor privado presentes nos gabinetes: D. KADIA (CDFO/OSGE), C. BOLLO-TEMA (CMFO/OPSM), E. DIRABOU (GAFO/OPSM). Beneficiou igualmente do contributo de R. DIALLO-DIOP (OPSM), C. AMBERT (OPSM), da equipa de estratégia do OPSM, C. MBENG MEZUI (ONRI). Por último, a equipa do Banco beneficiou do apoio dos consultores Patrick PLANE e Naceur BOURENANE.

1. Introdução	7
2. A economia de São Tomé e Príncipe e o setor privado	13
2.1 Dimensão e características do setor	13
2.2 São Tomé e Príncipe e os parceiros emergentes	14
2.3 Os fatores de crescimento e a dinâmica de longo prazo	14
3. As instituições e o investimento privado	17
3.1 As instituições públicas e o investimento privado	17
3.2 Os organismos intermediários e o diálogo público-privado	21
4. Os fatores económicos e o investimento privado	23
4.1 A política cambial	23
4.2 O custo dos fatores primários	23
4.2.1 O fator trabalho	23
4.2.2 O fator capital	24
4.3 O custo económico adicional dos restantes fatores	27
4.3.1 O custo dos transportes	28
4.3.2 O preço da eletricidade	28
4.3.3 O custo das telecomunicações	29
4.3.4 Os custos relacionados com a fiscalidade	30
5. Conclusões e recomendações	32

SIGLAS E ABREVIATURAS

BAD	Banco Africano de Desenvolvimento
BISTP	Banco Internacional de São Tomé e Príncipe
CEEAC	Comunidade Económica dos Estados da África Central
IDE	Investimento direto estrangeiro
ORCE	Departamento regional do BAD para a África Central
PIB	Produto interno bruto
PME	Pequenas e médias empresas
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

1.1 São Tomé e Príncipe é um dos países mais pequenos de África, quer em termos de área (cerca de 1000 km²), quer em termos de população (188 000 habitantes)¹. O seu nível de rendimento médio (1508,64 dólares americanos/habitante em 2012) coloca-o no grupo dos países de rendimento médio inferior (com um produto interno bruto (PIB) estimado em 264 milhões de dólares americanos em 2012). País insular, São Tomé e Príncipe é um arquipélago constituído por duas ilhas: São Tomé, onde se situa a capital e em cujo distrito (Água Grande) se concentra a parte essencial da atividade económica, à exceção da agricultura, e Príncipe, uma ilha que regista um grande défice de infraestruturas e é ainda mais penalizada pela insularidade.

1.2 Situado no golfo da Guiné, na linha do equador, o país caracteriza-se por ter uma área reduzida de solo arável, que corresponde a apenas 9,5% da superfície do arquipélago. Nas terras mais férteis, a colonização portuguesa desenvolveu a cultura do cacau e, em menor escala, a cultura do café. Estas duas culturas registam uma produtividade cada vez menor, que gera uma crescente redução da competitividade, nomeadamente face a outros países, como o Gana, como acontece no caso do cacau. A orientação dada à atividade económica durante o período colonial traduziu-se no desenvolvimento de uma rede rodoviária que converge para a capital no caso de São Tomé e para o centro urbano no caso do Príncipe. Ambas as cidades se situam na orla costeira. Consequentemente, as ligações internas entre as diferentes regiões de cada uma das ilhas são quase inexistentes e passam pelo centro urbano. Tal constitui um fator desfavorável para o comércio interno, com impacto nos custos e afetando, deste modo, o investimento nas zonas afastadas dos eixos rodoviários.

1.3 A economia do país é essencialmente dominada pelo setor terciário (o qual corresponde a 50% do PIB e ocupa 60% da população ativa). Abrange todos os serviços não mercantis da administração pública, o comércio, a hotelaria, a restauração, os transportes e os serviços financeiros. O comércio representa mais de um terço da contribuição deste setor para o PIB, seguido pelos transportes e pelas finanças. O segundo setor mais importante é o setor secundário, dominado pela construção civil, obras públicas e indústria transformadora (que se limita essencialmente à produção de eletricidade e de cerveja). Este setor representa 21% do PIB e emprega 20% da população ativa. O peso do setor agrícola e das pescas representa também 20% do PIB e ocupava 30% da população ativa em 2010².

1.4 A distribuição setorial do crédito concedido pelos bancos confirma o caráter amplamente dominante do setor terciário e, no contexto deste, do comércio³. Em 2010, o comércio absorveu 32% do crédito concedido pelos bancos, seguido pela habitação e construção civil (25%), assim como pelo consumo corrente das famílias (19%). As atividades consideradas como industriais beneficiaram de 12% do crédito, contra apenas 2% dos dois outros setores mais importantes, o turismo e a agricultura combinados. Importa igualmente observar o peso do setor público, cuja contribuição para o PIB é de 30%. As principais empresas são predominantemente públicas. Estas empresas continuam a obedecer às imposições do Estado na forma como são geridas, o que não deixa de ter efeitos sobre os desempenhos do setor privado e sobre o investimento, na medida em que elas controlam setores tão estratégicos como a eletricidade e as telecomunicações.

-
- 1 A principal fonte estatística utilizada é o relatório do BAD intitulado Perspetivas económicas em África 2012. Em determinados casos, foram utilizados os últimos dados do Instituto Nacional de Estatística de junho de 2012. Importa todavia observar que as estimativas relativas aos parâmetros fundamentais, nomeadamente a dimensão da população, bem como o PIB e a sua estrutura, variam significativamente de fonte para fonte (BAD, Banco Mundial, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), União Europeia, etc.). Assim, e de acordo com o Banco Mundial, o país contava 165 000 habitantes em 2010 e registava no mesmo ano um rendimento por habitante de 1210 dólares americanos/habitante. Um crescimento demográfico desta natureza e uma evolução tão significativa do PIB parecem pouco prováveis. Tal revela uma baixa qualidade dos dados estatísticos e algumas limitações por parte dos organismos nacionais responsáveis pela sua recolha.
 - 2 Fonte: Perspetivas económicas em África 2012 (BAD). De acordo com o perfil de pobreza (2010), o setor agrícola emprega mais de 60% da população ativa.
 - 3 Fonte: banco central.

1.5 A economia de São Tomé e Príncipe é muito vulnerável aos choques externos. As flutuações dos preços do petróleo, dos produtos alimentares e de uma das duas principais fontes de rendimento do país (o cacau) têm um impacto imediato no seu crescimento e no seu desempenho económico. Em 2008, o recrudescimento dos preços do petróleo e dos produtos alimentares custaram ao país dois pontos percentuais no crescimento.

1.6 De acordo com os dados demográficos disponíveis, a taxa de mortalidade infantil situa-se em 38 nados vivos por mil e a esperança de vida à nascença é de 67 anos⁴. Estes dados traduzem uma melhoria das condições sanitárias, e nomeadamente a eficácia das medidas tomadas pelo Estado com o apoio dos seus parceiros na luta contra o paludismo, que hoje em dia está quase totalmente erradicado. Esta evolução positiva foi acompanhada por uma degradação da fauna, nomeadamente da fauna presente nos cursos de água, devido à utilização maciça de pesticidas.

1.7 Mais da metade da população (61%) vive no meio urbano. As zonas rurais albergam a população mais pobre do país. De acordo com o PNUD, o índice do desenvolvimento humano em 2011 colocava São Tomé e Príncipe na 144.^a posição numa lista com 182 países. Segundo dados recentes, 66,2% da população vive abaixo do limiar de pobreza⁵. A maioria desta população (mais de 54%) vive nas zonas rurais, dependendo da agricultura e da pesca⁶. De acordo com o último relatório do PNUD, apesar de uma provável melhoria do nível de vida das populações nestes últimos anos, o nível de

pobreza continua a ser elevado⁷, levando ao êxodo das populações para as cidades⁸. A comparação entre a taxa de crescimento demográfico (1,6%) da população rural e da que vive nas zonas urbanas (2,9%) permite medir a amplitude do fenómeno. A taxa de emigração também nos dá conta das dificuldades económicas do país e da ausência de oportunidades de emprego, em particular nalguns dos setores mais nevrálgicos, como o da saúde. Mais de 60% dos médicos nascidos no país exercem a sua atividade no estrangeiro. Os são-tomenses a residir no estrangeiro representavam em 2008 mais de 22% da população total⁹.

1.8 De acordo com os dados do Instituto Nacional de Estatística, a proporção de população ativa ocupada situa-se nos 73%. O perfil de pobreza de 2010 salienta que apenas 21% da população ocupada dispõe de folha de vencimento, ao passo que 58% dos trabalhadores são pobres e mais de 48% dos empregos são precários ou vulneráveis. Estes elementos constituem um indicador sobre a natureza do setor informal na economia e sobre o seu peso. Este setor abrange sobretudo os serviços e o comércio. A estrutura do emprego em função do género mostra que as mulheres representam 24% da população ativa na agricultura, contra 44% nos serviços e 75% da que exerce uma atividade comercial. O seu peso nestes dois últimos setores de atividade é indicativo do nível de informalidade neles existente. No setor do comércio, a taxa de empregos precários ou vulneráveis eleva-se a 70%.

1.9 O sistema educativo e os programas de formação dispensados no país contribuem muito pouco

4 São Tomé e Príncipe: Maximizar as Riquezas Petrolíferas. Para um Crescimento Equitativo e um Desenvolvimento Socioeconómico Sustentável (BAD, 26 de janeiro de 2012). De acordo com outros documentos, nomeadamente São Tomé e Príncipe, Inquérito Demográfico e Sanitário 2008-2009 e o relatório do programa de país do PNUD (2012-2016), a esperança de vida é estimada em 65,9 anos.

5 Perfil de pobreza 2011

6 Perfil de pobreza 2001.

7 PNUD: Programa de país para São Tomé e Príncipe 2012-2016

8 O Perfil de Pobreza 2011 realça as melhorias «perceptíveis», como seja a redução da mortalidade infantil, a erradicação de determinadas doenças, como o paludismo, e a melhoria do nível de escolarização. O Documento de Programa de País 2012-2016 do PNUD, embora reconheça os progressos realizados, realça em contrapartida a «deterioração» da situação e o agravamento da pobreza desde 2001.

9 Tal facto realça o potencial papel da diáspora na luta contra a pobreza e no crescimento económico do país.

para melhorar o sistema económico e menos ainda para satisfazer as necessidades dos diferentes setores, seja dos serviços, do comércio, do turismo, da agricultura, da indústria ou do setor financeiro. A formação profissional permanece limitada. Existem no país quatro estabelecimentos de ensino de nível médio que formam um máximo de 150 diplomados entre todas as áreas disciplinares. A formação superior é também reduzida. Os estudantes são acolhidos em Portugal, Brasil e Cuba. Alguns beneficiam de bolsas e cursos de formação em países africanos, nomeadamente em Marrocos e Angola. Consequentemente, o recurso aos expatriados por parte do setor privado é uma necessidade, em particular no que diz respeito aos quadros médios.

1.10 De um modo geral, a dimensão da população, a sua estrutura demográfica, o seu nível de educação e de formação, assim como o nível médio de rendimento, além de outros fatores como a insularidade, constituem elementos desfavoráveis ao desenvolvimento industrial. Estes fatores são agravados pelo estado das infraestruturas e dos meios de comunicação.

1.11 Estima-se que a rede rodoviária de São Tomé corresponda a 300 km de estradas e pistas. Cerca de 200 km estão pavimentados e concentram-se no distrito de Água Grande, em redor da capital económica e política. O subsetor rodoviário domina o sistema de transportes. As estimativas disponíveis, embora antigas, continuam válidas à luz dos investimentos realizados desde 1992. Elas indicam que 93% dos passageiros e 40% das mercadorias utilizam a rede rodoviária. O porto de São Tomé assegura a parte essencial do comércio com o exterior. O seu estado gera, contudo, custos adicionais. Os navios realizam as cargas e descargas no mar. Os bens são depois transferidos por intermédio de barcas, tornando assim os prazos de descarga incertos e gerando operações portuárias adicionais, com efeitos diretos sobre os custos. Este porto está, além disso, significativamente assoreado. O

transporte aéreo de mercadorias permanece limitado e a qualidade das infraestruturas do aeroporto de São Tomé não permite encarar a possibilidade de desenvolver o tráfego. A ligação entre as duas ilhas é feita por via aérea e marítima. Estas não são, contudo, suficientes e agravam ainda mais os custos de insularidade da ilha do Príncipe.

1.12 A insularidade constitui um entrave considerável ao desenvolvimento de São Tomé e Príncipe. Num estudo realizado pelo Banco Africano de Desenvolvimento em 2011¹⁰, os custos adicionais gerados pela insularidade são estimados em 14% do PIB; 4% estão diretamente relacionados com as condições de importação e de exportação por mar, 3% com o transporte aéreo de passageiros, 4,5% com a energia e mais de 2,5% com as telecomunicações. Estes custos adicionais são ainda mais penalizadores para a ilha do Príncipe e para as zonas afastadas de São Tomé, devido à qualidade da rede rodoviária e à desigualdade no acesso aos bens e serviços. De acordo com a mesma fonte, a dupla insularidade de Príncipe está patente nas infraestruturas, no acesso aos recursos orçamentais e à ajuda internacional ou, muito simplesmente, no custo de vida¹¹. Em média, os preços são agravados em 15% em relação a São Tomé. Contudo, o estudo sublinha que, embora elevados, os custos da insularidade podem ser fortemente reduzidos através de políticas económicas e estratégias adequadas, nomeadamente centradas no desenvolvimento do setor privado.

1.13 O país mudou em 30 anos de um sistema económico planificado para um sistema mais aberto e mais liberal. As reformas conduzidas com o apoio dos parceiros do desenvolvimento, nomeadamente em matéria de gestão das finanças públicas, permitiram ao país retomar um crescimento económico relativamente sustentado e melhorar o seu desempenho económico. Lançaram as bases de uma economia de mercado favorável ao desenvolvimento do setor privado e

10 São Tomé e Príncipe: Estudo sobre a Insularidade e os Custos da Insularidade (BAD, julho de 2010)

11 Estudo sobre a Insularidade e os Custos da Insularidade (op. cit.)

introduziram alguma racionalização na gestão dos recursos públicos. Contudo, e apesar dos resultados obtidos, os parceiros são unânimes em reiterar a necessidade de aprofundar estas reformas no sentido de criar condições para melhorar a competitividade económica, atrair o investimento direto estrangeiro (IDE) e promover o desenvolvimento do setor privado nacional.

1.14 O país depende em grande medida da ajuda pública ao desenvolvimento e, em menor escala, do IDE. A ajuda pública ao desenvolvimento foi superior a 10% do PIB em 2010. O peso desta ajuda é ainda mais significativo se analisarmos o orçamento do Estado. Neste caso representa 83%. No que se refere aos recursos transferidos a título de investimento direto estrangeiro (IDE), constata-se que correspondem essencialmente a “prémios”¹² pagas por companhias petrolíferas para acederem às zonas de exploração de petróleo situadas no golfo da Guiné, a alguns investimentos afins e a outros investimentos menos significativos no setor da hotelaria. Importa ainda acrescentar os fluxos de recursos gerados pelo aumento do nível mínimo de capitalização dos bancos. Pode-se, por conseguinte, considerar estes recursos fatores estruturantes da economia nacional. E muito menos ainda como investimentos geradores de empregos e de rendimentos sustentáveis¹³. A taxa de investimento em 2010 foi de 14%.

1.15 O fluxo de recursos externos, e nomeadamente a ajuda pública ao desenvolvimento, estimulou o consumo do setor privado (em particular o consumo das famílias), que representou 90% do PIB em 2010 numa economia estruturalmente frágil. O peso da dívida externa (da ordem dos 168 milhões de dólares, ou seja 60% do PIB) e o caráter estruturalmente deficitário da

conta corrente (67,8% do PIB em 2012) confirmam esta fragilidade. Existem outros elementos que corroboram esta conceção da economia do país, e em especial o peso relativo das exportações e das importações. Em 2012, as exportações representaram 4,3% do PIB, face aos 44,1% do PIB pelo lado das importações. O cacau corresponde, só por si, a 56% das exportações. Nesse mesmo ano, a exportação de cacau decresceu, em termos de valor, cerca de 39%, tendo passado de 5 para 3 milhões de dólares americanos. Trata-se de uma tendência gravemente negativa, que traduz a fraca produtividade deste subsector agrícola. O Banco Mundial considera que a produtividade total dos fatores, negativa até 2000, se tornou positiva entre 2002 e 2007 graças a fatores exógenos, designadamente o aumento do preço do cacau¹⁴. Todos estes elementos convergem para realçar a fraca atratividade de São Tomé e Príncipe em termos de investimento. A adoção de medidas corajosas seria a única forma de eliminar os receios de qualquer investidor que procure não o lucro imediato mas a rentabilidade a médio e longo prazo dos seus projetos e operações.

1.16 Neste contexto particularmente difícil importa, contudo, realçar os progressos económicos realizados nos últimos anos, graças à execução de vários programas de reformas apoiados pela comunidade internacional e às perspetivas de descoberta de petróleo na zona marítima transfronteiriça com a Nigéria¹⁵. O início da produção das explorações que já estão operacionais está previsto para 2016 e poderá alterar totalmente o cenário económico do país. Existe o risco de ver reproduzir-se a experiência registada noutros países, como a Guiné Equatorial. O facto de o país ter solicitado a suspensão do seu pedido de adesão à iniciativa para a transparência nas indústrias extrativas torna esse risco ainda mais elevado. A ocorrência de

12 Não foi possível determinar se estes montantes corresponderam simplesmente a taxas pagas pelo direito de exploração das zonas petrolíferas ou se incluíam uma parte suscetível de ser recuperada pelas companhias depois de iniciada a exploração.

13 Até à data, as explorações não permitem antecipar resultados até 2016.

14 *Mémorandum économique sur São Tomé e Príncipe. Succeeding beyond Petroleum*, Banco Mundial, março de 2011.

15 Em 2001, a Nigéria assinou com São Tomé e Príncipe um acordo para a exploração comum dos recursos petrolíferos da zona marítima transfronteiriça. Adotou-se respetivamente uma repartição de 60/40 entre a Nigéria e São Tomé e Príncipe.

derrapagens será sempre possível, a menos que seja assumido um compromisso efetivo em prol de eixos de crescimento diferentes e estruturantes, propícios a uma diversificação económica e a um crescimento inclusivo. A recente indexação da moeda do país ao euro é um fator suscetível de contribuir para seguir estas vias. A paridade com o euro permite conter a inflação e favorecer o IDE, além de poder impulsionar de forma positiva a retoma de um crescimento económico sustentável. A paridade fixa com o euro (regime hard

peg) obriga nomeadamente o Estado a assumir uma maior disciplina financeira. Em vigor desde 2010, a paridade fixa entre a dobra e o euro foi acompanhada por uma linha de crédito de apoio ao regime financeiro, concedida por Portugal, num montante de 25 milhões de euros. A par da melhoria da governação do país, da sua estabilidade e do funcionamento democrático das suas instituições políticas, este fator constitui uma variável importante na segurança dos investimentos.

16 Um euro = 24 500 dobras.

2.1. Dimensão e características do setor

2.1.1 De acordo com os dados resultantes de inquéritos realizados pelo Instituto Nacional de Estatística em 2005, o setor privado é constituído por 1 373 empresas que empregam 18 123 trabalhadores, o que corresponde em média a 13 trabalhadores por empresa. O comércio abrange o maior número de empresas (44%), seguido da indústria e da produção de energia (23%). Excetuando alguns casos (nomeadamente a empresa de produção e distribuição de água e de eletricidade, a empresa responsável pelo abastecimento de hidrocarbonetos, uma empresa cervejeira, duas empresas de produção de tintas e algumas empresas de construção civil e obras públicas, assim como o principal hotel de São Tomé), as empresas inserem-se na categoria de pequenas ou microempresas.

2.1.2 De acordo com as estatísticas oficiais cuja definição se baseia no volume de negócios e no número de trabalhadores, as grandes empresas (mil milhões de dobras de volume de negócios e pelo menos 20 assalariados) representam 35% dos efetivos, empregam 83% da mão-de-obra e totalizam 99% do volume de negócios do setor privado. É provável que estes números não tenham em conta muitas das pequenas e microempresas¹⁷ menos inclinadas a responder com exatidão aos questionários que lhes são enviados pelos serviços de estatísticas¹⁸.

2.1.3 A Câmara de Comércio (que conta com pouco mais de 250 membros) confirma o peso das pequenas empresas e das microempresas. De acordo com os seus responsáveis, o número de entidades privadas rondaria as 600. As de maior dimensão, em número limitado, operam no comércio grossista, na importação e, em menor escala, na construção civil e obras públicas.

2.1.4 Os dados recolhidos junto da Direção de Impostos confirmam o número reduzido de médias e grandes empresas. A base de dados fiscais da Direção tem 400 empresas registadas. Deste total, 10 contribuem com 75% da receita fiscal. Entre elas figuram empresas públicas, nomeadamente a empresa de produção e distribuição de eletricidade e água, a empresa responsável pela comercialização de produtos petrolíferos, a empresa portuária e o principal banco comercial da praça, detido maioritariamente pelo Estado.

2.1.5 A predominância das empresas nos setores do comércio e da importação é confirmada pelos responsáveis do Balcão Único. A maioria dos pedidos recebidos para criação de novas empresas refere-se ao setor da importação e do comércio grossista. Dos 285 processos tratados pelo Balcão Único desde a sua criação, em 2010, apenas dois contemplavam o setor da hotelaria, um dizia respeito ao setor agrícola (café e cacau) e outros dois ao setor das infraestruturas (sociedades de capital misto Estado-Angola na área do ordenamento e reabilitação do porto e do aeroporto de São Tomé).

2.1.6 A apatia de um mercado propício à atividade privada pode ser medida à luz da procura. O setor público e o Estado, através dos seus diversos serviços, estão na origem da parte essencial da procura de bens e serviços. Esta debilidade pode ser também analisada do ponto de vista da importância da pequena economia informal, composta essencialmente por pessoas que vivem em situação de grande precariedade. De acordo com o perfil de pobreza 2011, os empresários registados nos diversos serviços (registo comercial, segurança social, identificação fiscal) representam apenas 25,8% da população ativa. Entre a população ativa, apenas 21% dispõe de uma folha de vencimento e mais de 40% dos empregos são precários¹⁹.

17 Entende-se por pequena empresa qualquer empresa com um volume de negócios compreendido entre 30 milhões e 500 milhões de dobras e que empregue entre três e cinco pessoas. A categoria das microempresas ou muito pequenas empresas abrange as empresas com um volume de negócios inferior e que empregam menos de dois trabalhadores. Estatísticas das Empresas, Instituto Nacional de Estatística (INE), 2008.

18 Estatísticas das Empresas, Instituto Nacional de Estatística (INE), 2008.

19 Perfil de pobreza em São Tomé e Príncipe em 2010.

2.2. São Tomé e Príncipe e os parceiros emergentes

2.2.1 Sendo um país insular que não apresenta atualmente as potenciais vantagens que outros países da região com mais recursos naturais podem oferecer, São Tomé e Príncipe não atrai as potências emergentes. Além disso, o país mantém relações privilegiadas com Taiwan, o que não é motivador para a criação de parcerias ou para captar o interesse dos investidores chineses. A única empresa chinesa presente intervém na exploração de petróleo. Trata-se da Sinopec, que opera na zona de desenvolvimento conjunto com a Nigéria, e que adquiriu em 2009 a empresa Addax Petroleum, que já tinha presença local. A discussão sobre o assunto com os serviços económicos da embaixada do Brasil confirmaram o fraco interesse por São Tomé por parte dos investidores brasileiros. Estas consideram que os custos de abordagem são proibitivos, sobretudo no que diz respeito ao transporte aéreo e marítimo e que o retorno do investimento esperado é demasiado fraco. Até à data, a parceria limita-se a doações ou à concessão de empréstimos a condições vantajosas, no âmbito do reforço das capacidades do país. Em 2010, o Brasil celebrou com São Tomé e Príncipe um acordo de cooperação de 5,8 milhões de dólares americanos para apoiar nomeadamente as PME e diversos projetos sociais. A vertente relativa às PME não é operacional. O único elemento que pode contribuir para o seu desenvolvimento é o financiamento de um estabelecimento de formação profissional. A cooperação brasileira parece dar prioridade ao desenvolvimento rural através de um programa de desenvolvimento integrado centrado na saúde, educação e desenvolvimento sustentável.

2.2.2 A cooperação com Taiwan inscreve-se na mesma abordagem geral. Este país financiou diversos projetos nos domínios da saúde. Deu o seu contributo para a erradicação do paludismo, cuja taxa de incidência se situa atualmente abaixo dos 4%. A parceria com Taiwan também incide na promoção da criação de bovinos, assim como na realização de

pequenas infraestruturas. Taiwan apoiou igualmente a melhoria da situação energética do país, financiando a aquisição e instalação de uma central térmica num montante de 14,5 milhões de dólares americanos. A central foi construída por uma empresa taiwanesa (Taiwan Electrical and Mechanical Engineering Services) e entrou em serviço em 2010. Permitiu ao país duplicar a sua capacidade de produção. A Índia prometeu, em dezembro de 2009, disponibilizar uma linha de crédito de 5 milhões de dólares americanos para a criação de um polo de desenvolvimento das PME nacionais e prestar apoio ao desenvolvimento da agricultura. A entrada em funcionamento deste mecanismo de apoio registou algum atraso.

2.2.3 Importa sublinhar o crescente papel desempenhado por um país da região, Angola. Este país mantém relações privilegiadas com São Tomé e Príncipe. A sua empresa mais importante, a SONANGOL, tem uma presença ativa. Foram criadas duas empresas para assumir a reabilitação e o reforço da infraestrutura portuária e aeroportuária: a Gestão de Aeroportos, SA e a Gestão de Portos, SA. O seu capital é detido a 80% por Angola (através da SONANGOL), sendo o capital restante detido pelo Estado são-tomense. Angola é o primeiro fornecedor de hidrocarbonetos do país. É responsável por 20% das importações totais de São Tomé.

2.3. Os fatores de crescimento e a dinâmica a longo prazo

2.3.1 A insularidade do país e a sua fraca capacidade de atração, decorrente nomeadamente da sua insuficiência em recursos naturais por comparação com os outros países da sub-região, constituem importantes entraves. Tornam ainda mais imperativa a necessidade de promover a cooperação económica e a integração regional. Obrigam o país a adotar uma estratégia de desenvolvimento baseada na exploração das suas vantagens comparativas e das suas complementaridades com os seus vizinhos. A elaboração de planos diretores de ordenamento regional que coloquem São Tomé e Príncipe no centro

do seu espaço geográfico surge como uma necessidade primordial. O país deverá, deste modo, identificar as principais vantagens que contribuam para aumentar a sua atratividade a nível regional e tirar o melhor partido dessas vantagens. O realismo das escolhas estratégicas surge como um elemento importante a ter em conta. A construção de um porto de águas profundas, que vise, entre outros objetivos, assegurar a cobertura dos países vizinhos deverá ser objeto de uma análise aprofundada, tendo em conta os projetos já iniciados ou planeados pelos outros países da sub-região. A realização de tal infraestrutura permitirá reduzir os custos de investimento no país, mas o seu dimensionamento deverá ter em conta os projetos existentes na região e as perspetivas de crescimento do país.

2.3.2 O primeiro setor que poderá rapidamente constituir um eixo de crescimento estruturante, sustentável e inclusivo é o turismo, com as suas duas vertentes que são o turismo balnear e o turismo ecológico. Neste domínio, as potencialidades são consideráveis e o país dispõe de uma vantagem comparativa inequívoca. Já existem grandes empresas nigerianas a organizar viagens para o seu pessoal com destino a São Tomé. O grupo português Pestana (primeira cadeia hoteleira a operar no país) oferece programas turísticos em São Tomé e Príncipe, com partida de Lisboa, que parecem atrair cada vez mais interesse. A relevância deste setor reside no seu caráter altamente estruturante, graças às múltiplas externalidades que propicia. Os investimentos do grupo Pestana contribuíram para incrementar a produtividade dos seus parceiros nacionais (nomeadamente os diversos fornecedores de produtos agrícolas frescos) e melhorar o seu nível de competência (cumprimento dos prazos, conformidade com as normas de qualidade exigidas, adequação das quantidades de produtos fornecidas, etc.). Os efeitos induzidos por este investimento na economia nacional foram múltiplos, nomeadamente em termos de criação de emprego, de melhoria da qualificação da mão-de-obra e de aumento do nível de rendimento. O desenvolvimento deste setor contribuirá para reforçar o setor privado a nível local, designadamente a agricultura. Tal exigirá, no entanto, o cumprimento de determinadas

condições, nomeadamente a melhoria das estruturas sanitárias do país. Neste domínio, o país dispõe de uma estratégia que teria todas as vantagens em ser revista, com base numa ótica assente nas abordagens por fileira e por cadeia de valor. Estas abordagens permitiriam identificar os pré-requisitos e as condições relativas à sua operacionalidade e sucesso da estratégia, bem como definir planos de ação integrados e realistas.

2.3.3 O segundo eixo é constituído pelas fileiras agrícolas suscetíveis de melhor satisfazerem a procura interna (tendo em conta a proporção da população que vive abaixo do limiar de pobreza) e a procura do setor do turismo. A produção de legumes e de frutos, assim como a avicultura e a pecuária são alguns exemplos das inúmeras fileiras com potencial.

2.3.4 O terceiro eixo para o qual existe uma base objetiva é constituído pelas tradicionais culturas de exportação, o café e o cacau. Nestas duas culturas, o país dispõe de variedades endémicas extremamente bem cotadas no mercado internacional. A sua exploração permanece, contudo, muito artesanal e extensiva. A sua reestruturação poderá passar por uma parceria público-privada, com a participação dos pequenos produtores, adotando abordagens que lhes possam assegurar um aumento dos seus rendimentos, garantindo ao mesmo tempo a proteção do ambiente e a sua exploração no âmbito do turismo ecológico. A promoção do comércio justo para promover este setor parece uma medida bastante conveniente. Tal medida não deverá excluir a abordagem que o Estado parece privilegiar, e que é dar prioridade às grandes explorações. Todavia, caso o interesse votado a estas seja proporcionar ao Estado recursos adicionais a curto prazo, tal abordagem poderá ter um efeito limitado em termos de criação de emprego e de redução da pobreza.

2.3.5 O desenvolvimento da agricultura nas suas diferentes formas continua a depender da melhoria das infraestruturas rodoviárias e da resolução prévia ou concomitante da questão do cadastro rural. Será difícil desenvolver este setor enquanto tal questão não for solucionada. Mesmo que as outras condições estejam

reunidas (oferta adequada de bens intermédios, domínio das práticas, melhoria da gestão, etc.), a segurança do investimento permanecerá uma questão essencial. A ausência de títulos de propriedade facilita a ocupação de parcelas de território, gerando litígios de morosa resolução, devido ao atual funcionamento do sistema judicial.

2.3.6 O quarto eixo suscetível de gerar crescimento é o setor financeiro. O seu desenvolvimento implica a adoção de medidas corajosas em matéria de tributação de fundos de investimento e de bancos offshore interessados em realizarem operações nos países vizinhos. O Estado parece determinado em seguir esta via. A abertura do setor bancário permitiu já melhorar os níveis gerais de competências, graças à formação de que beneficia o pessoal, que nem sempre permanece nestas instituições. Contudo, o sucesso desse tipo de projeto exige investimentos em diversos domínios, tais como as infraestruturas aeroportuárias e rodoviárias (para tornar o país mais atrativo) e o turismo de gama alta. Implica ainda capacidades de gestão e de supervisão de que o país não dispõe atualmente e que serão difíceis de adquirir a curto ou médio prazo.

2.3.7 Prevê-se a criação de uma zona franca agregada ao porto da baía de Ana Chaves. A concessão foi atribuída à SONANGOL, que deverá investir 30 milhões de dólares neste projeto. Para que a zona franca tenha um efeito multiplicador, e não constitua apenas um enclave, seria conveniente definir as suas

atividades em articulação com a estratégia integrada de desenvolvimento do país.

2.3.8 Estes eixos estão, de um modo global, a ser levados em linha de conta pelo país a diversos graus. No programa de desenvolvimento Programa do XIII Governo, o turismo e a agricultura são definidos como os dois primeiros pilares de desenvolvimento do país, sendo as infraestruturas consideradas o terceiro pilar. A estratégia não parece, todavia, inscrever-se numa problemática de integração regional. Além disso, receia-se que a exploração petrolífera esperada num futuro próximo conduza o Estado a abandonar a rentabilização destas possibilidades. Foram adotadas medidas animadoras e leis para evitar um tal obstáculo, mas nada garante que o país não repita as experiências pouco estruturantes ou mesmo negativas que outros países tiveram, nomeadamente na sub-região²⁰. Importa também, por conseguinte, reforçar a ajuda prestada ao país a fim de melhorar a governação e criar medidas de salvaguarda necessárias e estratégias alternativas (criação efetiva do fundo soberano alimentado pelos rendimentos do petróleo, controlo dos fluxos injetados na economia nacional para limitar distorções inevitáveis decorrentes do aumento súbito de rendimentos, incentivo à produção nacional e tomada de medidas transitórias dissuasoras da importação; adoção de um plano estratégico de desenvolvimento baseado no financiamento dos eixos de crescimento, a partir dos recursos petrolíferos...)²¹.

20 Cf. São Tomé e Príncipe: Maximising Oil Wealth for Equitable Growth and Sustainable Socioeconomic Development - AFD/BD/IF/2012/19 de 26 de janeiro de 2012). Este documento compila as disposições adotadas e analisa as experiências de vários países.

21 No documento anteriormente citado, o BAD definiu uma abordagem de parceria que se inscreve nesta lógica.

3.1. As instituições públicas e o investimento privado

3.1.1 O relatório Doing Business relativo a 2013²² colocava São Tomé e Príncipe na 160.^a posição numa lista de 185 países avaliados. O país está abaixo da média dos países da África subsariana, nomeadamente da Guiné Equatorial, do Gabão e dos Camarões, outros estados que são membros da CEEAC. Esta classificação resulta, em parte, do fraco desempenho das instituições públicas no que diz respeito ao setor privado e aos investidores em particular. Os textos que regem o investimento e a atividade económica datam na sua maioria da década de sessenta (como é o caso do Código Comercial). Necessitam de uma revisão profunda, acompanhada de uma mudança de mentalidades e de comportamentos por parte dos responsáveis pela sua execução. Em inúmeros setores, o exercício da atividade está sujeito à obtenção de uma licença com validade limitada. Em muitos casos, essa licença deve ser renovada todos os anos. Estas autorizações de exploração são emitidas pelos serviços de comércio, após procedimentos administrativos morosos e totalmente desadequados do contexto nacional, regional e internacional atual.

O percurso do investidor

3.1.2 Uma análise do percurso do investidor revela

as burocracias que ainda prevalecem neste país. Estas burocracias acabam por agravar ainda mais os custos adicionais decorrentes da insularidade. A sua redução é uma condição primordial para compensar a fraca atratividade do país. Importa todavia realçar os progressos importantes realizados ao longo do ano transato em diversos domínios, nomeadamente através da iniciativa do Balcão Único.

3.1.3 O quadro abaixo apresenta as condições a cumprir para poder concretizar um investimento e para que uma empresa possa exercer a sua atividade depois de criada. Sintetiza um conjunto de informações apresentadas no relatório do Banco Mundial e da Sociedade Financeira Internacional acima citado. Estas informações dizem apenas respeito aos domínios de intervenção direta do Estado. O quadro indica os domínios em que é necessário agilizar os procedimentos vigentes.

3.1.4 De um modo geral, e qualquer que seja o domínio associado ao desenvolvimento de uma atividade económica, os prazos continuam relativamente longos e os procedimentos são múltiplos. Tal acarreta custos adicionais para os operadores económicos. A sua redução é indispensável para produzir os efeitos desejados das medidas já adotadas pelo Estado em matéria de melhoria do clima geral de negócios.

22 Doing Business 2013, Banco Mundial e Sociedade Financeira Internacional.

Quadro 1.
Condicionalismos ao investimento relacionados com os serviços do Estado

Atividade visada	Número de procedimentos	Número de dias	Custo	Recursos financeiros (%)	Posição
Criação de empresas	4	7	19,1%*	285,8%**	100
Licença de construção	13	118	386,7%***	—	91
Registos de propriedade	7	62	9%****	—	161
Taxas e impostos	42	18	32,5%***	—	144
Procedimentos de importação	7	28	577 dólares por contentor	—	89
Procedimentos de exportação	8	26	690 dólares por contentor	—	89
Execução de contratos	43	1185	50,5%*****	—	181

* Em percentagem do rendimento por habitante

** Valor calculado em função do capital mínimo exigido e em percentagem do rendimento por habitante

*** Valor estimado em função do rendimento por habitante

**** Valor calculado em função do valor da propriedade

***** Calculados com base no lucro realizado

***** Em percentagem do valor da reclamação

3.1.5 Os dados acima indicados revelam ainda dois outros factos. O primeiro diz respeito à criação de empresas. O capital inicial exigido representa mais de 280% do rendimento médio por habitante. Estes custos são proibitivos para a maioria dos potenciais promotores de microempresas. Acabam por favorecer a continuidade e o desenvolvimento do setor de atividade informal²³. O segundo elemento que importa realçar é o carácter discriminatório e desvantajoso do sistema de tributação aduaneira das exportações.

3.1.6 Tal como indicado no quadro, as taxas de importação são bastante inferiores às taxas de exportação. Tal não se deve apenas à estrutura das importações, que são essencialmente constituídas por bens de consumo básicos para as famílias. A situação reflete também uma diferenciação na tributação que tende a desencorajar as exportações. Os empresários inquiridos confirmaram

este paradoxo num país que dispõe de recursos próprios limitados. A situação é agravada pela atitude particularmente minuciosa dos serviços aduaneiros na importação de bens de consumo intermédios destinados a serem reexportados, tais como as embalagens. Para determinados bens, o código aduaneiro prevê uma isenção dos direitos quando se destinem a integrar uma futura reexportação. Contudo, a vasta documentação e o número de documentos comprovativos a apresentar, o controlo exigido dos stocks e a multiplicidade de inspeções (para não falar na perseguição a que estas dão origem) tornam o pagamento dos direitos de entrada destes produtos muito menos oneroso que o próprio pedido de isenção. A estas dificuldades acresce ainda o facto de as autoridades aduaneiras poderem proceder discricionariamente a uma reavaliação do montante a pagar aquando da exportação. Este caso sucedeu, por exemplo, com uma empresa de produtos hortícolas que viu o montante dos direitos a

23 De acordo com o relatório da União Europeia intitulado «Cooperação São Tomé e Príncipe - União Europeia (Relatório anual conjunto de 2010), o capital mínimo exigido para a criação de uma sociedade anónima de responsabilidade limitada foi inclusivamente aumentado.

pagar quase duplicar entre duas remessas sucessivas, sem qualquer explicação. Tratando-se de bens perecíveis exportados no âmbito de contratos celebrados com parceiros estrangeiros, a empresa não teve alternativa a não ser pagar o montante exigido na hora, na expectativa de obter uma explicação posterior.

3.1.7 Este tipo de atitude por parte da administração tem provavelmente um duplo efeito: por um lado, desencoraja os potenciais produtores exportadores e, por outro lado, leva os pequenos produtores a recorrer às vias informais. Tal parece ser o caso de parte do café e do cacau, exportados para a Nigéria através de circuitos informais. Esta situação pode, por último, constituir uma fonte de corrupção, por via de uma redução das quantidades exportadas e do seu valor, como contrapartida por determinados subsídios. Esta hipótese não é de descartar, tendo em conta o nível dos salários e a taxa de inflação. As importações alimentam igualmente o setor informal em volumes consideráveis. Os meios de que o Estado dispõe para controlar as suas fronteiras marítimas são insignificantes, eliminando os riscos para os operadores dos circuitos ilegais de importação. De acordo com os serviços aduaneiros, as importações informais representam 20% do total das importações. É interessante verificar que esta situação contempla produtos de grande consumo provenientes dos Camarões, do Benim, da Nigéria e do Togo. Estes indícios revelam a existência de um potencial no desenvolvimento das trocas intrarregionais. Efetivamente, a adoção de disposições específicas, tais como a criação de um regime preferencial, ajudaria a desenvolver e formalizar estas trocas intrarregionais ou a acabar com os direitos e as taxas de importação para os produtos de grande consumo ou de importância estratégica.

Os serviços aduaneiros

3.1.8 Os serviços aduaneiros têm uma importância capital na melhoria do ambiente de negócios num país insular como São Tomé e Príncipe. Os direitos e taxas constituem a primeira fonte interna de financiamento do orçamento do Estado. Trata-se, por conseguinte, de um domínio particularmente sensível para todos

os agentes envolvidos. No que respeita aos esforços empreendidos para melhorar o seu funcionamento, os serviços aduaneiros adotaram, em fevereiro de 2011, o sistema de gestão ASYCUDA, destinado a melhorar a transparência das operações e reduzir os seus prazos de execução. O sistema foi introduzido a par de uma simplificação de procedimentos, através nomeadamente da criação de um mecanismo de declaração única antecipada. Este sistema permite uma poupança de tempo considerável. O sistema parece funcionar bem e os desalfandegamentos demoram entre 3 horas e um dia, apesar da ausência de «scanners» no porto. Os agentes continuam, todavia, a gozar de um forte poder discricionário para determinarem o valor da mercadoria e, por conseguinte, o montante da taxa a cobrar.

3.1.9 A questão das exportações tem uma importância vital. O sistema de tributação foi simplificado e os direitos e taxas foram atenuados, embora essa redução tenha beneficiado mais as importações do que as exportações. Nas exportações algumas despesas aduaneiras continuam a ser duas vezes superiores às verificadas nas importações. No caso de uma empresa de produtos hortícolas, por exemplo, as taxas aduaneiras representam 25% do valor do produto exportado, a que acresce 5% do valor da mercadoria a título de emissão do certificado fitossanitário. Nas importações, as taxas são inferiores e não incentivam a produção local. As taxas relativas aos serviços prestados pelos serviços aduaneiros (informáticos e outros) correspondem a 2% do valor das mercadorias no caso das exportações e a 1% no caso das importações. No caso dos produtos básicos, como o leite e o arroz (alimentos recentemente introduzidos no modelo de consumo do país), a taxa aduaneira é nula. É inferior ou igual a 20% para as bebidas não alcoólicas e de 5% para os outros produtos alimentares. As autoridades envolvidas deveriam prestar particular atenção a esta questão e incentivar o investimento em setores suscetíveis de contribuir para a promoção da produção local e o aparecimento de pequenas empresas geradoras de riqueza e de emprego. Em matéria de fiscalidade aduaneira, o sistema atual não incentiva a transformação local. Os direitos a pagar são idênticos e aplicam-se de forma idêntica aos produtos

finais e aos bens intermédios importados. O Código Aduaneiro de 2009 promove a criação de um regime preferencial para incentivar a transformação local tendo em vista a reexportação. Todavia, este regime ainda não foi aplicado. No início da década de noventa adotou-se uma lei que previa a criação de zonas francas. Essa lei não foi, contudo, posta em prática.

3.1.10 Importa observar que não existe coordenação entre as administrações aduaneira e fiscal para verificar a conformidade das taxas. Também não existe coordenação com a Direção do Comércio, responsável pela gestão da renovação das licenças de exploração. A Direção do Comércio apenas exige, aquando do momento do pedido ou da renovação, a apresentação de uma certidão de quitação fiscal.

Os serviços de imigração

3.1.11 A questão da emissão da autorização de residência no país constitui uma das preocupações para os investidores estrangeiros. De acordo com as disposições em vigor, qualquer estrangeiro recém-estabelecido no país deve solicitar a renovação do seu visto de permanência quase todos os meses. Independentemente do custo de obter um visto, esta prática é uma fonte de dissuasão para os pequenos ou médios investidores ou para as pessoas envolvidas noutros projetos fora de São Tomé e Príncipe. Nem sempre podem delegar noutras pessoas determinadas operações que exigem a sua presença prolongada no estrangeiro. O prazo exigido para o cumprimento das formalidades é também um fator de dissuasão. Por último, para um país que procura promover o turismo, a impossibilidade de obter um visto no aeroporto é também um elemento dissuasivo. Em inúmeros países, o visto pode ser obtido no aeroporto mediante o pagamento de uma taxa mais elevada. Esta possibilidade pode ter uma dupla vantagem. Tal política pode, por um lado, oferecer a flexibilidade necessária aos potenciais investidores para visitar o país num momento em que não estão vinculados a nenhum compromisso, sem necessidade de planeamento prévio, para efetuar uma primeira prospeção. Por outro lado, permite aumentar

os recursos do Estado. As autoridades do país deveriam estudar esta questão e adotar as medidas necessárias para facilitar o processo.

O Balcão Único

3.1.12 Criado recentemente (em agosto de 2010), o Balcão Único é um instrumento da responsabilidade do Ministério da Justiça e da Reforma do Estado. A sua criação veio responder ao desejo dos poderes públicos de simplificar os procedimentos e facilitar o investimento e a criação de empresas. Destina-se a servir quer os cidadãos são-tomenses, quer os cidadãos estrangeiros. Consequentemente, a única língua usada é o português. O Balcão Único tem por objetivo facilitar o cumprimento de todas as formalidades num só dia. Os serviços do balcão propõem atualmente duas modalidades. A primeira, designada por rápida, consiste na conclusão das formalidades num só dia; a segunda, designada por normal, demora quatro dias. No primeiro caso, o investidor paga uma taxa de 250 euros. A segunda opção implica o pagamento de um montante de 130 euros. Atualmente, o Balcão Único desempenha o papel de simples intermediário, de ponto de entrada. Os serviços implicados na criação de uma empresa não estão localizados nas mesmas instalações. Um agente do Balcão Único receciona os documentos, verifica a conformidade do processo e procede às diferentes diligências junto das administrações visadas, a conservatória do registo comercial, os serviços tributários e o organismo setorial e técnico competente.

3.1.13 Operacional desde novembro de 2010, já foram registadas através do Balcão Único 285 novas entidades. Deste número total de registos, 60% correspondem a entidades nacionais e 40% a entidades estrangeiras. No futuro, o Balcão Único deverá ser integrado numa rede Internet partilhada pelos departamentos e serviços ministeriais competentes, com vista a acelerar os procedimentos. No entanto, tal não irá resolver alguns problemas pendentes, em particular a publicação pelos serviços competentes da escritura de constituição da empresa. A homologação da escritura demora sempre 140 dias. Acresce ainda

a necessidade de modernizar o Código Comercial de referência, que constitui uma herança do período colonial e remonta a 1888. Os investidores devem apresentar toda a sua documentação em português. Estes elementos devem ser certificados por um jurista local ajuramentado. A par da questão da língua, este tipo de estrutura continuará a ter uma eficácia reduzida, tanto mais que não existe um sítio Web que permita aos potenciais investidores obterem informações sobre os elementos exigidos pela administração e encetarem o processo de constituição de uma empresa a partir do seu local de residência.

3.1.14 Importa notar que o Código de Investimentos atual não prevê qualquer forma de incentivo para investimentos de montante inferior a 250 000 euros²⁴. Se tal política pode ser justificável para o investimento estrangeiro, do ponto de vista da promoção do setor privado nacional isso é claramente desfavorável.

○ sistema judicial

3.1.15 O sistema judicial constitui um dos elementos mais desfavoráveis ao investimento e ao ambiente de negócios no país. Por um lado, não existe jurisdição especializada para lidar com os assuntos comerciais. Cabe aos juízes dos tribunais de primeira instância tratar ao mesmo tempo das matérias cíveis e comerciais. Estes magistrados não possuem, no entanto, nem a formação nem os conhecimentos requeridos para o efeito. Por outro lado, o país não dispõe de um tribunal administrativo vocacionado para processos relacionados com a aplicação do Código do Trabalho. Paralelamente, o tratamento dos processos é manual, daí a lentidão que o caracteriza. Esta situação permite além disso aos agentes envolvidos atrasar ou acelerar os processos, tornando-os deste modo mais sujeitos a todas as formas de pressão e à corrupção. É amplamente reconhecido que a transparência está longe de ser a regra. Está prevista a introdução de uma

reforma e estão a ser desenvolvidos trabalhos neste sentido com o apoio do PNUD.

3.1.16 Independentemente da lentidão que caracteriza a fase de instrução e a tomada de uma decisão, a questão da execução das decisões judiciais continua a suscitar preocupação. Devido, nomeadamente, às características sociológicas do país, as decisões judiciais tardam em ser pronunciadas e executadas. A situação é agravada pelo fraco nível de especialização dos juízes, que são chamados a resolver toda a espécie de processos e para quem os diferendos de natureza comercial podem, neste contexto, ser considerados como casos menos graves. Isto pode explicar a morosidade na execução de decisões, como a indicada no quadro retirado do relatório «Doing Business 2012». Esta situação pode igualmente explicar a prudência dos bancos em matéria de concessão de crédito de médio e longo prazo. Tal facto justifica a manutenção de taxas de juro elevadas apesar da descida significativa da taxa de referência²⁵, bem como o exagerado nível de cauções e garantias exigido, fortemente desproporcional em relação ao montante dos empréstimos. O efeito dessa situação é o recurso limitado ao crédito doméstico no financiamento de projetos desenvolvidos por estrangeiros. Apesar da disponibilidade de recursos, estes preferem recorrer ao crédito junto das instituições financeiras do seu país de origem, o que traz algumas consequências para o dinamismo do mercado financeiro.

3.2. Os organismos intermediários e o diálogo público-privado

Os quadros do diálogo

3.2.1 Não existe em São Tomé e Príncipe um quadro de diálogo estruturado entre o Estado e o setor privado. Esse papel é em grande medida desempenhado

24 Lei N° 7/2008 de 27 de agosto, Código de Investimentos

25 Esta passou de cerca de 30% em 2006 para 15% em 2010. As taxas concedidas pelos bancos permaneceram elevadas, fixando-se nos 26%.

pela Câmara de Comércio. Existe uma estrutura de concertação tripartida, constituída pelo Estado, o patronato (representado pela Câmara de Comércio) e os sindicatos. Presidida pelo primeiro-ministro, esta estrutura reúne mensalmente, mas serve essencialmente para abordar os problemas que necessitam de uma resolução urgente, nomeadamente para fazer face a situações excecionais (como as greves, por exemplo). Nos restantes casos, cada empresa trata diretamente dos problemas com que se depara com as instituições públicas competentes. A dimensão do setor privado e o seu peso económico poderão explicar esta situação. A criação de um quadro de diálogo deste tipo é, contudo, necessária para promover o desenvolvimento do setor. Tal implica uma dinamização e um reforço da Câmara de Comércio. O papel mais aguerrido dos parceiros no desenvolvimento e das câmaras de comércio de outros países da região poderá dar frutos.

3.2.2 A Câmara de Comércio, Indústria, Agricultura e Serviços (CCIAS) é uma estrutura não-governamental que congrega os operadores de diversos setores de atividade económica com condições de exploração e preocupações nem sempre convergentes. O seu objetivo é servir de quadro de concertação entre os operadores privados e de interface entre estes últimos e o Estado. Os seus membros formam a Assembleia-Geral, que elege um Conselho de Administração composto por 11 membros, incluindo um presidente. A Câmara celebrou com o Estado um acordo de parceria estratégica que permite a este organismo servir de instrumento para o diálogo e a apresentação de propostas. Foi mediadora na criação do balcão único e desempenhou um papel importante na redução do imposto sobre o consumo de 45% para 25%. Procura também apoiar a preparação dos projetos de financiamento antes da sua apresentação aos bancos. A Câmara de Comércio é um parceiro ativo dos homens de negócios na sua

abordagem aos mercados externos e presta assistência aos investidores estrangeiros. Na execução das suas diferentes tarefas, a Câmara depende da dedicação de 3 funcionários, incluindo o seu secretário-geral. Sobrevive graças às contribuições dos respetivos membros, aos subsídios do Estado e aos donativos de determinados parceiros para o desenvolvimento. As contribuições dos seus membros são meramente simbólicas (entre 50 000 e 220 000 dobras/mês²⁶). O volume de trabalho e as expectativas dos seus membros estão muito acima das capacidades do seu atual quadro de pessoal. O fraco desempenho da Câmara contribuiu para diminuir a sua credibilidade, facto que teve como consequência uma redução progressiva do número de membros ativos. Atualmente deverá contar com pouco mais de 250 membros ativos num universo de 600 membros filiados da Câmara. Uma das explicações avançadas pelos responsáveis da Câmara reside no facto de uma parte não negligenciável dos seus membros ter cessado a sua atividade. Segundo alguns empresários, existe outro motivo. Existe nestes um total descontentamento devido a questões relacionadas com os moldes de gestão da Câmara. Foram aprovados novos textos que visam revitalizar a estrutura deste organismo melhorando a sua gestão, nomeadamente através de uma revisão da duração do mandato do Conselho de Administração, que é agora de quatro anos. O fraco dinamismo da Câmara parece ser um facto inegável. A ausência de qualquer intervenção da Câmara na revisão em curso do Código do Trabalho é um indicador. Com a pressão dos sindicatos de trabalhadores, o rumo parece apontar para um reforço das disposições já de si constrangedoras para as empresas, nomeadamente as disposições relativas à duração do período experimental e às condições contratuais. Apesar da sua importância para o futuro das empresas, a Câmara permanece à margem das negociações, ao contrário dos sindicatos de trabalhadores.

26 O que corresponde a menos de 10 euros por ano e por empresa

4.1. A política cambial

4.1.1 A política cambial seguida ao longo da última década (taxa flutuante), aliada a uma política monetária expansionista (propiciada pelo fluxo maciço de IDE entre 2006 e 2009), num contexto de subida dos preços dos hidrocarbonetos e dos produtos alimentares, contribuiu para alimentar a inflação. Depois de ter atingido a taxa de 27,6% em 2007, a inflação diminuiu para 16% em 2009 e 12,9% em 2010, estando prevista uma taxa de 8,3% em 2012. Um dos efeitos desta política foi a forte depreciação da moeda nacional (a dobra), na ordem dos 210% entre 2000 e 2009.

4.1.2 A indexação da moeda nacional ao euro em 2010 contribuiu para estabilizar a taxa de câmbio, o que proporcionou aos potenciais investidores ainda maior conforto e uma maior previsibilidade do futuro. Contudo, esta indexação pode contribuir para aumentar o custo do investimento e é suscetível de prejudicar as exportações para o mercado internacional, nomeadamente para os produtos tradicionais como o cacau. Pode também funcionar como fator inibidor no desenvolvimento de determinados setores, como o do turismo, que se impõe cada vez mais como a principal fonte interna de captação de divisas. Em 2009, a contribuição do turismo representou 40% dos recursos gerados pelas exportações, o que corresponde a cerca de 5% do PIB. Mas a nível global, a política cambial é um dado exógeno que escapa cada vez mais ao controlo dos poderes públicos.

4.2. O custo dos fatores primários

De acordo com as análises conduzidas pelo Banco Mundial, o crescimento da produtividade global dos fatores, que registava um valor negativo entre 1980 e 2001, passou a ser positivo entre 2001 e 2007²⁷. Esta evolução consiste essencialmente na subida da cotação internacional do cacau. Desde então, e apesar de uma descida do preço do cacau, a tendência parece ter-se

mantido graças às reformas e ao apoio dos parceiros sob a forma de ajuda pública ao desenvolvimento. Contudo, e apesar desta evolução positiva, importa ter em conta os limites destas reformas e deste apoio, que não se traduzem ainda por uma melhoria do desempenho dos fatores trabalho e capital.

4.2.1. O fator trabalho

Qualificação

4.2.1.1 Em 2004, o país adotou uma estratégia destinada a melhorar a educação básica e a sua qualidade. Os resultados quantitativos registados colocam o país entre aqueles que já atingiram o Objetivo do Milénio nesse domínio. Nessa ótica, São Tomé e Príncipe deverá atingir o 5.º objetivo de Desenvolvimento do Milénio com uma taxa de alfabetização superior a 88%. Em 2011, a taxa de matrícula no ensino básico excedeu os 98%. Contudo, a qualidade do ensino básico continua a ser insuficiente, nomeadamente devido ao enquadramento pedagógico. A taxa de insucesso escolar no fim do ensino básico continua a ser elevada.

4.2.1.2 A qualidade da formação básica tem um impacto direto nas etapas posteriores da formação da população ativa. Este fator tem uma incidência ainda mais forte quer no ensino profissional, que oferece poucas alternativas, quer na formação superior tecnológica, inexistente no país. O ensino técnico e a formação de nível superior são, na sua maioria, asseguradas no estrangeiro. Consequentemente, os empregos que exigem pessoal qualificado recorrem na maioria dos casos ao recrutamento de expatriados ou de cidadãos nacionais que residem no estrangeiro. É nomeadamente o caso dos bancos e dos grandes hotéis. Nos dois casos, os postos de trabalho de topo são ocupados por quadros estrangeiros. Importa mencionar que algumas empresas, como a principal cadeia hoteleira presente no país, do grupo português Pestana, têm uma política de

27 Mémorandum économique sur São Tomé-et-Príncipe, março de 2011, op. cit.

promoção do pessoal nacional, através da organização de estágios de formação no local. Os bancos, por seu lado, enviam os seus agentes para fora, com vista ao seu aperfeiçoamento no quadro dos grupos a que pertencem. No caso do grupo Pestana, esta política abrange todos os efetivos nacionais do quadro, independentemente do tipo de trabalho exercido. A cultura extensiva usada na exploração agrícola e hortícola, totalmente orientada para a exportação, é reveladora do fraco enquadramento, tanto do ponto de vista técnico como da gestão.

Custo

4.2.1.3 De um modo geral, o custo do trabalho não é considerado elevado pelas empresas analisadas. As condições de recrutamento e de retenção dos assalariados também parecem não constituir uma condicionante importante. De acordo com as disposições vigentes, qualquer trabalhador regular adquire o estatuto de assalariado permanente após três anos de atividade, sendo por conseguinte difícil despedi-lo. O Código do Trabalho em vigor (adotado em 1992) está a ser revisto. As alterações previstas parecem ir no sentido de tornar as disposições relativas à cessação de contratos por parte dos empregadores ainda mais exigentes. Introduzem, no entanto, uma maior flexibilidade no que respeita às condições de recrutamento. Todavia, num contexto marcado pela escassez de mão-de-obra qualificada, esta evolução não parece suscitar apreensão entre os empregadores. Efetivamente, as empresas ficam satisfeitas por poderem conservar o seu pessoal uma vez formado. Contudo, para evitar as duras imposições estipuladas no Código do Trabalho, muitas empresas e parceiros estrangeiros recorrem aos serviços de agências nacionais de trabalho temporário para preencher os postos de trabalho não qualificado. Uma dessas agências mobiliza cerca de 300 trabalhadores em diversos serviços (manutenção, vigilância, etc.)

4.2.1.4 O salário mínimo garantido aumentou de 822 250 dobras (33,50 euros) para 1 000 000 (40 euros) em 2012. O salário médio corresponde a pouco mais do dobro desse valor. Este aumento deverá

permitir, em particular, contrabalançar os efeitos da forte inflação que caracteriza a economia. Estando a economia fortemente dominada pelo setor público e pelo setor terciário, principalmente pelo comércio, um aumento dos salários não deixará de ter consequências sobre o nível geral dos preços e até mesmo sobre o consumo interno, que gera por si próprio um aumento das importações. No que se refere aos setores produtivos, o aumento do nível salarial, não sendo acompanhado nem se traduzindo num crescimento da produtividade laboral, irá provavelmente agravar os encargos das empresas e influenciar negativamente a sua competitividade. Poderá, no entanto, estimular um aumento do capital e uma modernização dos sistemas de gestão. É provável que as duas evoluções venham a ser observadas no terreno. Algumas empresas não se esforçarão por melhorar a sua competitividade devido ao seu posicionamento em mercados de charneira e ao reduzido custo da mão-de-obra.

4.2.1.5 Existe um fator exógeno que poderá ter um peso no custo da mão-de-obra e na sua estabilidade: os serviços de saúde. O país registou progressos significativos na luta contra o paludismo. Contudo, as infraestruturas hospitalares e os cuidados de saúde permanecem relativamente básicos. O principal hospital do país está fortemente desequilibrado e subequipado para poder realizar, em caso de necessidade, intervenções cirúrgicas elementares. Tal facto tem uma incidência direta no custo da mão-de-obra qualificada, nomeadamente na mão-de-obra expatriada. Esta situação não deixa de ter efeitos também no perfil dos operadores turísticos e dos turistas suscetíveis de serem atraídos pela riqueza e diversidade da fauna e da flora do país.

4.2.2. O fator capital

4.2.2.1 Os recursos de capital provêm em grande parte do sistema financeiro, que em São Tomé e Príncipe está limitado ao setor bancário. As atividades existentes, e nomeadamente o nível de desenvolvimento da agricultura, da pesca, do turismo e da indústria, não justificam efetivamente o aparecimento de outros tipos

de agentes financeiros. O microfinanciamento é também inexistente.

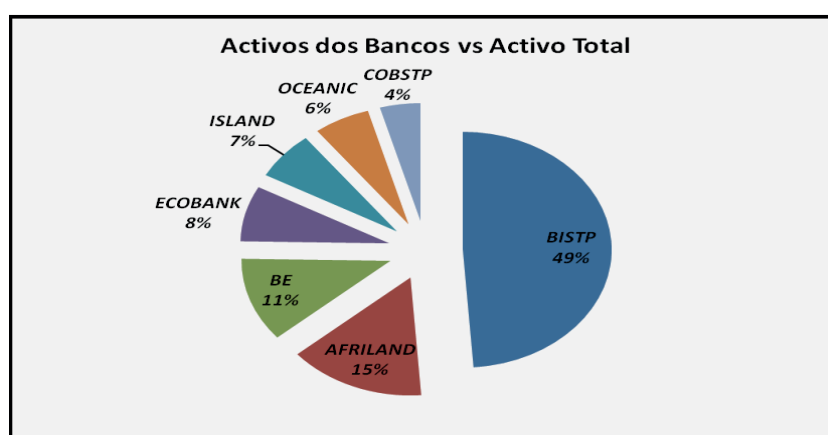
4.2.2.2 É interessante observar que, apesar da reduzida dimensão do mercado, o número de bancos presentes em São Tomé e Príncipe não cessa de aumentar. Com a chegada do banco gabonês BGFI, este número eleva-se a nove. Este entusiasmo por São Tomé, num momento em que o nível de atividade económica está longe de justificar tal presença, pode ser explicado em grande parte pelo desejo de estas instituições se posicionarem num mercado potencialmente promissor, impulsionado pela forte expansão petrolífera prevista para 2010. Trata-se da mesma esperança que continua a animá-las, não obstante o balanço negativo registado por muitas delas.

4.2.2.3 Os bancos possuem um total de 22 agências, na sua maioria localizadas na capital ou na sua periferia. O distrito de Água Grande conta 17 sucursais, contra apenas duas em Príncipe. Dos oito bancos que operam no país, o banco mais importante, o Banco Internacional de São Tomé e Príncipe (BISTP), detém cerca de metade dos ativos bancários. O BISTP nasceu da separação em

1992 das funções de banco de primeira linha e de banco comercial do antigo Banco Nacional de São Tomé e Príncipe. O Estado é o maior acionista do BISTP. Detém 48% do capital, estando o capital restante repartido entre a Caixa Geral de Depósitos de Portugal (27%) e o Banco Africano de Investimentos de Angola (25%). O BISTP foi o único banco comercial do país até 2003.

4.2.2.4 De acordo com o mais recente relatório anual do Banco Central²⁸, os três principais bancos da praça, o BISTP, o Afriland First Bank e o Banco Ecuador totalizam mais de 75% dos ativos bancários. O BISTP continua a contar com a maioria das empresas entre os seus clientes, em particular as empresas públicas mais importantes. De acordo com os responsáveis do BISTP, este banco conta com mais de 50% das grandes, médias e pequenas empresas. As pequenas empresas e as microempresas recorrem mais a outros bancos. Todos os bancos dispõem de microcréditos. Mas esta última é essencialmente concedida aos assalariados para a aquisição de bens de consumo. Aquando da bancarização dos assalariados do setor público, o Banco Central interveio para assegurar uma distribuição equilibrada desta população pelos diversos bancos da praça.

Gráfico 1.
Repartição dos ativos bancários



Fonte: Relatório BCSTP, 2010

4.2.2.5 Em termos globais, o sistema bancário é considerado suficientemente sólido para alargar as suas atividades de crédito. Em 2010, por ordem do Banco Central, os bancos tiveram de aumentar os seus fundos próprios, tendo o montante mínimo exigido por lei de acordo com o novo texto passado de 1,8 milhões de dólares americanos para 3,4 milhões de euros. É interessante observar que os bancos não cobram despesas de manutenção de conta e que as comissões não têm valor significativo. O sistema está a instalar uma rede de caixas automáticos, também por imposição do Banco Central, apesar de nem o volume processado, nem a dimensão do mercado justificarem a oferta desse serviço. As compensações são efetuadas manualmente, na medida em que o seu volume não exige a sua automatização. Encontra-se, todavia, em fase de concretização. No seu conjunto, os bancos parecem estar a cumprir os princípios de Basileia I.

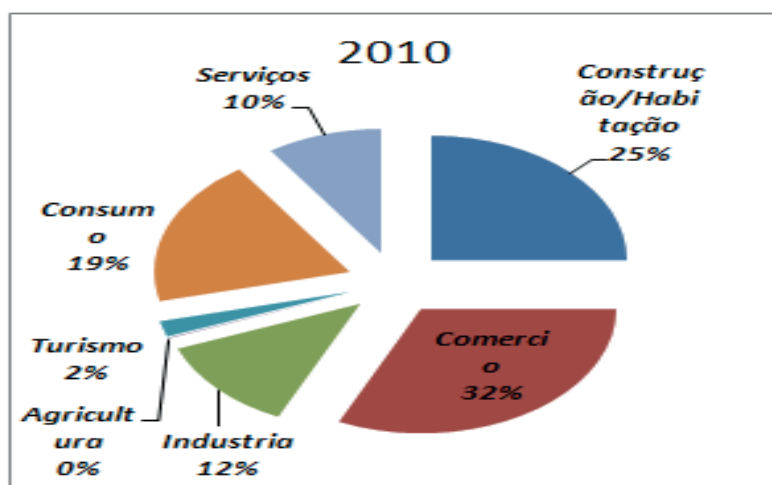
4.2.2.6 De acordo com o relatório anual do Banco

Central, o rácio de solvabilidade consolidado fixou-se nos 32,4%, bastante acima da taxa de 12% exigida por lei. Por outro lado, a taxa de créditos de cobrança duvidosa é inferior a 10%. Tal indica que os bancos dispõem de uma margem confortável para conceder mais crédito à economia.

4.2.2.7 O crédito interno ao setor privado representa 40% do PIB. É essencialmente denominado em divisas (mais de 71%), o que prejudica a pouca confiança dos operadores relativamente à moeda nacional e comprova as necessidades de financiamento externo das empresas.

4.2.2.8 A estrutura do crédito bancário confirma o peso do setor do comércio nas atividades económicas. O setor da construção civil vem logo a seguir. Os setores produtivos ou promissores, com a agricultura em primeiro lugar e o turismo em segundo lugar permanecem à margem.

Gráfico 2.
Estrutura do crédito bancário



Fonte: Relatório BCSTP, 2010

4.2.2.9 Em 2009 e 2010, o Banco Central procedeu a uma redução da sua taxa de referência. Esta passou de 28% em 2008 para 16% em 2009 e 15% em 2010. Os bancos não refletiram esta redução nos seus clientes e as diferenças registadas entre a taxa de referência e as taxas praticadas no mercado continuaram a ser significativas. A taxa de juro média atual é de 29,30%. Não regista qualquer variação desde 2008. A diferença entre a taxa de referência e a taxa média era de 1,30 em 2008 e de 13,30 em 2011. A remuneração dos depósitos também não registou variações desde 2008. O rendimento dos fundos próprios e o rendimento dos ativos continuam negativos, situando-se, respetivamente, nos -2,07% e -0,59%.

4.2.2.10 A atitude das instituições bancárias justifica-se pela importância dos respetivos encargos fixos num mercado limitado e pouco dinâmico. Traduz também o desejo de antecipar eventuais perdas associadas a uma falta de solvabilidade imprevista por parte do mutuário. A existência de taxas elevadas e a não repercussão da descida do custo do dinheiro nos clientes dos bancos, em particular as empresas, revelam a atitude prudente das entidades bancárias e a sua forte aversão ao risco numa conjuntura difícil. Entre as razões invocadas figuram, em primeiro lugar, a dificuldade em assegurar as garantias. De acordo com o relatório do Banco Mundial «Doing Business 2012», são necessários em média mais de 6 anos para que um mutuante consiga resolver um diferendo com um mutuário não honesto ou em situação de incumprimento. A ineficácia do sistema judicial é igualmente invocada a par de outros fatores como as incertezas de que se revestem os títulos de propriedade, devido à insuficiência dos dados cadastrais. O peso das relações sociais e a pressão que pode ser exercida sobre os responsáveis do quadro da gestão dos diferendos profissionais, numa pequena comunidade onde todos ou quase todos se conhecem, foram já diversas vezes sublinhados. É interessante observar que a lei não permite aos mutuantes e aos mutuários celebrarem um acordo que autorize o mutuante a acionar garantias de forma automática. Esse processo deve obrigatoriamente passar pelas instâncias judiciais. A estes fatores acresce ainda a fraca capacidade das empresas na preparação

de dossiês suscetíveis de beneficiar os concursos bancários e as dificuldades em apresentar balanços que cumpram as exigências dos bancos, ou até mesmo as exigências de qualquer parceiro ou de um potencial sócio, por exemplo. O método de gestão de algumas empresas é arcaico, tornando difícil para qualquer entidade financeira determinar com rigor a situação contabilística das despesas e perdas, para já não falar na realização de uma análise financeira. Um dos fatores não mencionados pelos bancos, mas que assume também alguma importância, é o insuficiente nível de qualificação dos funcionários das instituições bancárias para acompanharem com a devida competência a elaboração dos processos de empréstimo ou fazerem uma análise destes processos para identificar operações potencialmente vantajosas. As instituições bancárias apresentam um fraco nível de proatividade.

4.2.2.11 As elevadas taxas e as exigências das instituições bancárias em matéria de garantias limitam significativamente a predisposição das empresas privadas, de pequena ou média dimensão, para investir. Os investimentos de maior dimensão são muitas vezes de empresas binacionais, empresas estrangeiras ou empresas de capital misto. Neste caso, os associados estrangeiros conseguem mais facilidades e melhores condições na obtenção de fundos no seu país de origem ou de residência do que em São Tomé e Príncipe.

4.2.2.12 As dificuldades de financiamento só podem ser ultrapassadas se houver uma abordagem global e proativa que implique a eliminação de outros obstáculos à segurança dos empréstimos, um diálogo entre os parceiros e uma melhor elaboração dos dossiês das empresas, a par de incentivos para os bancos, por exemplo sob a forma de bonificação de juros.

4.3. O custo económico adicional dos restantes fatores

O Estado continua a ser acionista maioritário de cinco empresas determinantes na evolução dos custos de produção: a EMAE, que fornece a eletricidade e a água,

a ENASA, que controla os serviços aeroportuários, a ENAPORT, que assegura os serviços portuários, a CST Telecom, que intervém nas telecomunicações, e os Correios, que prestam serviços postais. Consequentemente, a qualidade da gestão destas empresas e os preços que praticam têm uma incidência direta no respetivo desempenho, além de poderem inibir ou, pelo contrário, incentivar o investimento.

4.3.1. O custo dos transportes

4.3.1.1 A nível geral, as infraestruturas são insuficientes e de má qualidade. As instalações portuárias e aeroportuárias não permitem o acesso a meios de transporte de grandes dimensões, o que acarreta múltiplos custos adicionais. Os contentores são descarregados ao largo do principal porto do país, antes de serem transbordados em embarcações adaptadas às possibilidades de movimentação e de descarga existentes. O porto não beneficia de dragagem desde há várias décadas. O seu assoreamento é considerável, o que reduz a capacidade de acolhimento. Os limitados meios de descarga e de movimentação de mercadorias traduzem-se em custos diretos adicionais. Têm também como consequência sobrestadias e, em particular, o pagamento de compensações pelos fretadores aos proprietários dos navios, sempre que o tempo de carga ou de descarga excede os prazos previstos no contrato. Para São Tomé e Príncipe, estas sobrestadias devem-se ao tempo de imobilização dos navios ao largo das ilhas, aguardando o transbordo. O custo de transporte de um contentor a partir da Europa é 40% mais elevado se o destino for São Tomé em vez de Libreville, porto que se situa à mesma distância. O aeroporto é limitado devido, simultaneamente, ao dimensionamento da sua única pista, que não permite o acesso aos aviões de grande porte, e aos problemas de iluminação, que tornam a sua utilização arriscada depois de determinadas horas do dia.

4.3.1.2 O estado das estradas é também uma fonte de custos adicionais. Apenas um terço da rede viária

está alcatroada. A parte restante permanece quase impraticável durante a época das chuvas tropicais. De acordo com diversas fontes, nalgumas estradas nacionais é conveniente substituir os pneus dos veículos depois de 5000 a 6000 km. Para além dos custos adicionais relacionados com a insularidade, é necessário somar outros custos decorrentes do estado das infraestruturas. Acumulados, estes custos dissuadem o investimento e desincentivam os investidores a explorar as possibilidades oferecidas pelo país, nomeadamente no setor do turismo. Com este tipo de condições, torna-se difícil apostar no desenvolvimento do comércio agrícola (agrobusiness) e das fileiras agroindustriais. Atualmente, os produtores utilizam o táxi para transportar os produtos que vendem no mercado local ou que fornecem aos hotéis locais.

4.3.2. O preço da eletricidade

4.3.2.1 A questão do fornecimento de eletricidade e do seu custo está no centro das preocupações das empresas e dos investidores, bem como de toda a população. A taxa de cobertura dos lares domésticos não ultrapassa os 62%. O problema da sua distribuição é agravado pela vetustez da rede, que remonta à década de sessenta. De acordo com o relatório Doing Business 2012, são necessários em média 89 dias para concluir as formalidades de ligação à rede, custando a exploração desta última à empresa 12,53% do rendimento por habitante do país. Entre a receção do processo completo do pedido e a visita ao local são necessários 18 dias, período ao qual se somam 12 dias até à assinatura do contrato e o pagamento das despesas para poder aceder à rede elétrica. Uma vez cumpridas estas etapas, caberá depois ao investidor recorrer aos serviços de uma empresa aprovada para executar a ligação. Esta última etapa demora mais 52 dias. A morosidade desta última etapa revela dois elementos importantes: a fraca capacidade das empresas aprovadas para satisfazerem os pedidos em prazos curtos e a fraca produtividade do trabalho neste

29 Cf. Estudo do BAD sobre a insularidade e os custos da insularidade em São Tomé e Príncipe (op. cit.).

setor nevrálgico. Efetivamente, tudo se passa como se, tanto para a empresa pública como para a empresa privada de prestação de serviços, a remuneração não fosse determinada pelo desempenho e a produtividade mas, sim, pelo seu estatuto em termos de rendimento.

4.3.2.2 A eletricidade é maioritariamente produzida pela EMAE, uma empresa pública que detém o monopólio da distribuição e que é a principal produtora de eletricidade. Existe outra empresa, a Hidroeléctrica STP Lda., que também contribui para a produção, embora a uma escala mais reduzida (22%). Esta companhia é detida por dois acionistas, a EMAE, com 40%, e a Hidroequador Santomense, pertencente a um grupo português, com 60%. A EMAE opera sob o estrito controlo do Estado. A companhia não pode decidir sobre os preços de cedência da energia produzida. Estes são fixados pelo Estado a níveis inferiores ao custo real. A situação administrativa e a gestão da empresa, tal como a sua situação financeira, não permitem apostar numa melhoria do seu desempenho. A EMAE é uma empresa duplamente tributária: por um lado, através do seu aprovisionamento em gásóleo, que lhe é fornecido por outra companhia mista na qual o Estado, que apenas detém 16% das quotas (sendo a parte restante maioritariamente detida pela sociedade angolana SONANGOL), conserva a maioria dos votos; por outro lado, através do Estado, a quem cabe fixar os preços, como contrapartida de um apoio que, no melhor dos cenários, chega de forma parcial e tardia. O Estado, que nomeia a equipa de gestão e o Conselho de Administração, também tem poder de decisão noutros domínios importantes da atuação da empresa, tais como a cobrança, a penalização de ligações ilegais e a eventual acusação dos seus autores.

4.3.2.3 Do ponto de vista do fornecimento de eletricidade, os deslapses de cargas são correntes e as perdas significativas. Estas correspondem a mais de 45% da produção energética, num país onde a procura não satisfeita ascende a 45%³⁰. A eletricidade provém,

na sua maioria, de centrais térmicas alimentadas com gásóleo, o que torna o custo por unidade muito elevado. De acordo com o Banco Mundial³¹, o setor produtivo perde anualmente entre 0,2 e 1,1% do PIB devido aos custos da eletricidade. Na atual situação, com deslapses frequentes, é difícil imaginar um desenvolvimento da produção agrícola ou haliêutica que envolva uma cadeia de frio. Para fazer face a esta situação, o recurso a geradores privados tende a ser usado como solução complementar. É a solução adotada nos grandes hotéis. Permite assegurar simultaneamente a regularidade dos abastecimentos e uma relativa redução dos custos. Traz como consequência um agravamento da situação financeira da EMAE, na medida em que provoca uma redução das suas receitas.

4.3.2.4 Neste setor, e à semelhança de outros setores, a parceria público-privada constitui uma resposta adequada. Esta parceria não deve ser concebida apenas numa ótica de grandes projetos, mas também de desenvolvimento local, com a participação das comunidades locais e dos operadores do setor privado ao lado do Estado na realização de pequenas centrais hidroelétricas ou híbridas.

4.3.3. O custo das telecomunicações

4.3.3.1 De um modo geral, as novas tecnologias da informação e da comunicação estão pouco desenvolvidas. O cabo submarino destinado a facilitar a ligação do arquipélago ao continente alcançou a costa, mas ainda não está ligado. O país continua a depender das ligações por satélite, que são particularmente caras e dissuasivas. A taxa de penetração telefónica é baixa, sendo que apenas 5% da população tem acesso à rede fixa de telefone. A rede móvel regista uma taxa de 65%. Esta última cobre, no entanto, apenas 30% do território. O uso da Internet é marginal, sendo inferior a 1%. Os custos das comunicações são superiores aos

30 Análise da IFC relativa à estratégia de Recuperação técnico-financeira da EMAE e desenvolvimento do Setor de Energia Eléctrica em São Tomé, junho de 2010.

31 Cf. Memorando, op. cit.

praticados nos países vizinhos, o que pode em parte ser justificado pelo tipo de ligação utilizado. Neste mercado existe apenas um operador com capital maioritariamente público. Este operador beneficia de uma concessão de 20 anos que terminará em 2027. Trata-se da Companhia Santomense de Telecomunicações, detida em 49% pelo Estado e em 51% pela Portugal Telecom. O lançamento de um concurso para a exploração de uma licença adicional foi infrutífero, devido à reduzida dimensão do mercado. Os preços das comunicações e a fraca penetração implicam custos adicionais significativos para qualquer investidor. Contribuem, assim, para agravar os efeitos da insularidade. A passagem para uma ligação por cabo submarino permitiria reduzir em 8 ou mesmo 10 vezes os custos das comunicações e abrir caminho para um alargamento da cobertura, como sucedeu nos países da África Oriental. Os custos adicionais decorrentes da inadequação da oferta são estimados em mais de 2,6% do PIB³².

4.3.4. Os custos relacionados com a fiscalidade

4.3.4.1 O país debate-se com um grande défice orçamental, resultante de uma base fiscal reduzida e um sistema e uma gestão pouco eficazes³³. As isenções concedidas pelas instâncias tributárias e aduaneiras eram numerosas e a evasão fiscal significativa, em virtude nomeadamente das taxas praticadas. Para contrabalançar esta situação, o Estado criou uma conta especial, a Conta Nacional do Petróleo, que deverá proteger pelo menos uma parte dos prémios e receitas gerados pela exploração de petróleo corrente. Esta tem permitido até agora colmatar os défices. Paralelamente, foram iniciadas várias reformas em 2007. Este conjunto de reformas previa a adoção de um novo Código Fiscal e a introdução, em 2008, de uma nova tabela

e de um sistema de tributação mais simplificado para as empresas. O seu objetivo era estabelecer uma base sólida e duradoura para o financiamento do Estado e dos seus programas. A par desta medida, foi iniciada a informatização do sistema fiscal, que incluiu nomeadamente a criação de um cartão infalsificável para cada contribuinte.

4.3.4.2 Este sistema permitiu melhorar a cobrança de impostos e alargar a base tributável, graças a um melhor funcionamento dos serviços, possibilitado pela simplificação do sistema existente, uma melhor identificação da população passível de imposto e uma gestão mais ativa das cobranças. Traduziu-se, ao mesmo tempo, numa redução da taxa aplicada às empresas de 45 para 32,5%³⁴ dos lucros realizados (o imposto sobre o volume de negócios foi reduzido para 25%). É interessante observar que, apesar da redução da taxa, as receitas fiscais registaram um aumento de 19% em 2010. No sistema atual, o imposto sobre o rendimento das empresas é inferior à contribuição das pessoas singulares, representando apenas 58% desta última. Tal vem confirmar a debilidade da base empresarial do país e reflete a predominância do emprego no setor público. Em matéria do pagamento de impostos, as pessoas singulares constituem a principal fonte, seguidas pelas empresas que não operam no setor dos serviços e, em terceiro lugar, as que operam neste setor. A contribuição destes grupos é superior aos impostos sobre os produtos locais destinados ao consumo.

4.3.4.3 Apesar dos progressos registados, o sistema continua a ter muito peso para as empresas, exigindo muitas horas na elaboração das declarações e no preenchimento dos formulários. Conforme apontado pelo relatório «Doing Business 2012», as empresas consagram em média 424 horas por ano à execução das formalidades. Este dado não registou mudanças

32 Cf. Estudo sobre a insularidade do BAD, op. cit.

33 O défice representou 18,6% do PIB em 2009 e 11% em 2010.

34 Cf. Diário da República n° 17 de 11 de maio de 2007, n° 18 de 15 de maio de 2007 e n° 20 de 21 de maio de 2007; e Anexo Republicação do código de imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas (IRC), Lei n° 16/2008 de 31 de Dezembro, com as alterações introduzidas pela Lei n° 10/2009 de 8 de Outubro.

ao longo dos últimos cinco anos. Revela em parte a fraca capacidade das estruturas administrativas, deficientemente equipadas e com um número insuficiente de funcionários.

4.3.4.4 A taxa de imposição em vigor não é considerada proibitiva pelos operadores inquiridos. A sua estrutura continua todavia a ser desvantajosa para o setor da transformação da produção local. O imposto pode atingir até 60% do valor do produto transformado. A modernização da administração fiscal que está atualmente a ser levada a cabo, nomeadamente com a criação de um cartão pessoal difícil de falsificar graças aos meios informáticos, deverá tornar o sistema tributário mais inteligível para os operadores económicos e contribuir para melhorar as condições de investimento. A introdução do imposto sobre o valor acrescentado é outro elemento previsto pelas reformas em curso que

importa acelerar, dado que irá contribuir para garantir as receitas do Estado e aliviar as empresas.

4.3.4.5 O sistema de tributação aduaneira foi também simplificado. O código aduaneiro estabelece três categorias de produtos, cada uma sujeita a uma taxa única: os produtos básicos (5% do valor), os produtos de luxo (20%) e os outros produtos (essencialmente equipamentos: 10%). Esta nova tabela inclui uma sobretaxa para alguns produtos específicos, como o álcool e os hidrocarbonetos. Deverá ainda ser atenuado e adaptado às exigências decorrentes das negociações em curso tendo em vista a adesão do país à Organização Mundial do Comércio. Contudo, e na prática, os equipamentos são tributados a uma taxa de 25% do seu valor. Seria conveniente introduzir uma seletividade para incentivar o investimento nos setores estruturantes.

5. Conclusões e recomendações

5.1 Até agora, São Tomé e Príncipe tem operado com sucesso as suas reformas económicas. Estas reformas permitiram melhorar o clima geral de investimento, nomeadamente graças a um melhor controlo da despesa pública e de uma maior transparência na sua gestão. O país passou de um modo de gestão planificado da economia para um sistema mais aberto. Esta evolução permitiu lançar as bases de um crescimento sustentado. Contudo, os equilíbrios permanecem frágeis, dada a reduzida base produtiva do país e a sua grande exposição aos choques externos. O país assinou acordos de cooperação com a Comunidade Económica e Monetária da África Central, no seio da qual possui o estatuto de observador, o qual deverá evoluir para o de membro de pleno direito. Neste quadro, o país poderá tirar partido da sua futura zona de comércio livre. A política cambial é um elemento que deverá facilitar tal evolução. O país participa ainda nos projetos de integração regional da CEEAC, de que é membro, nomeadamente em matéria de liberalização do comércio. A dinamização desta comunidade poderá constituir uma alavanca adicional de desenvolvimento do país. Tendo em conta a sua insularidade e a dimensão do seu mercado, as medidas que poderão ser adotadas, no sentido de facilitar a integração regional, serão benéficas para São Tomé e Príncipe. Qualquer medida destinada a fomentar um desenvolvimento inclusivo e sustentável deverá, deste modo, inscrever-se numa ótica que privilegie a abordagem regional.

5.2 O país dispõe de vantagens importantes para poder assegurar o seu desenvolvimento sustentável. Além disso, a indexação da sua moeda a uma divisa de referência como o euro é um fator de segurança adicional para os investidores, tanto nacionais como estrangeiros. As autoridades nacionais já identificaram eixos de crescimento, em particular nos domínios do turismo e da agricultura. Foram desenvolvidas estratégias precisas. Estas estratégias ganhariam em ser revistas tendo em conta a dimensão geoestratégica e o enquadramento regional do país. A sua execução exige uma parceria público-privada com a participação dos agentes interessados locais. Para esse efeito, seria recomendável refletir sobre a definição dos mecanismos

suscetíveis de assegurarem a promoção de tal parceria. Além dos investimentos necessários nas infraestruturas, que requerem também uma abordagem baseada no modelo de parceria público-privada, o sucesso destas estratégias implica o estabelecimento de um diálogo contínuo entre o setor privado, em toda a sua diversidade, e o Estado, com os seus diversos serviços. A criação de uma plataforma específica de diálogo é fortemente recomendada. Esta plataforma poderia ser articulada com outra destinada a promover o investimento junto da diáspora e dos potenciais investidores estrangeiros.

5.3 Será também necessário introduzir incentivos adicionais a par das medidas preconizadas. A execução de medidas que incentivem a transformação local tendo em vista a reexportação deveria constituir uma das prioridades do país. Deverão ser previstos mecanismos de bonificação que incentivem a transformação de produtos que são ainda amplamente exportados no estado bruto. O exemplo do preço do cacau exportado em bruto ou transformado revela bem o interesse desse tipo de medida. A diferença de preços entre o cacau e o chocolate é de 1 para 10 nos mercados internacionais. O incentivo à transformação local e às exportações implica também a adoção de medidas destinadas a enquadrar o sistema tributário e fiscal, no sentido de melhorar a sua articulação e a transparência do seu modo de funcionamento. Neste contexto, é igualmente necessário enquadrar o poder de que os agentes aduaneiros e fiscais dispõem na execução dos seus controlos e na tributação das empresas. Importa também assegurar incentivos ao setor turístico, em particular na área do turismo rural. É necessário retirar ensinamentos dos projetos apoiados pelo Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola e lançar novos projetos. Estes deverão incidir na promoção das PME rurais, criando condições favoráveis ao seu desenvolvimento (enquadramento técnico, isenção fiscal, bonificação de juros).

5.4 De um modo geral, a administração continua a ter processos muito elaborados e a burocracia continua a ser pesada. Haverá que dar prioridade à implementação do governo eletrónico, na medida em

este contribuirá para uma simplificação e redução dos procedimentos. Permitirá ao mesmo tempo reduzir o tempo de execução das operações e tornar os procedimentos mais transparentes. A sua introdução em pontos fulcrais, como o Balcão Único, a administração fiscal, as alfândegas e outros domínios reforçará a vantagem comparativa do país. A pequena dimensão do seu território facilitará, aliás, a sua implementação. As medidas a implementar deverão incidir num reforço das capacidades das administrações fulcrais. As perspetivas de maior abertura da economia nacional e de aumento do fluxo de IDE, nomeadamente no setor petrolífero, levam à necessidade de reforço das capacidades de auditoria. Nem a Inspeção-Geral de Finanças nem os serviços de impostos dispõem de capacidade real para assumirem devidamente as suas responsabilidades e contribuirão, simultaneamente, para melhorar a gestão das empresas públicas estratégicas para os investidores e garantir a execução objetiva do Código dos Impostos.

5.5 Para atrair o IDE seria recomendável começar por eliminar a disposição que obriga os promotores estrangeiros a associarem-se a um parceiro nacional. Importa também melhorar os custos de aproximação para os investidores. Por exemplo, o custo do bilhete de avião é fortemente dissuasor. Esse preço é em parte justificado pela ausência de medidas de incentivo para tornar São Tomé e Príncipe um destino privilegiado. Será também necessário adotar disposições que facilitem a entrada e a permanência de estrangeiros no país. Haveria vantagens em implementar um serviço de emissão de vistos no aeroporto. Seria do mesmo modo conveniente agilizar as formalidades relativas à emissão das licenças de trabalho e de permanência prolongada. Importa ainda agilizar as condições relativas à constituição de empresas e reforçar as capacidades do balcão único. A questão da língua de autenticação dos documentos, ou até mesmo da autenticação propriamente dita, deveria ser reexaminada à luz dos custos e dos atrasos que ocasiona. O desenvolvimento de determinadas fileiras, como o turismo local ou a agricultura biológica, exige também uma revisão do Código dos Investimentos e a adoção de medidas de incentivo para os potenciais investidores que pretendam aplicar montantes inferiores

aos atualmente fixados. O incentivo a uma produção agrícola destinada à exportação, rentável e baseada na promoção das comunidades locais exige a criação de apoios aos promotores do comércio justo. Estes últimos podem contribuir com a sua experiência e saber fazer de várias décadas e acumulados noutras regiões do mundo, em particular na África do Sul, em Marrocos, assim como nos países da Ásia e da América Latina. A União Europeia apoia projetos de produção de cacau biológico, de pimenta e de baunilha; uma empresa francesa já está presente no domínio da produção de café biológico e na área do comércio justo. Haverá que prestar mais atenção a este tipo de iniciativas e integrá-las numa abordagem global, de modo a que possam constituir um dos principais pilares de crescimento.

5.6 A questão da qualificação da mão-de-obra é também um aspeto importante que merece ser tomado em consideração. É necessário adotar medidas destinadas a promover um sistema de formação profissional que satisfaça as necessidades básicas do país, através de modalidades de parceria público-privada que recorram às estruturas existentes, tanto a nível sub-regional como em cooperação com os outros países lusófonos. Se existe falta de mão-de-obra qualificada em todos os domínios, a escassez da mesma é ainda mais crítica nas pequenas empresas, que enfrentam grandes dificuldades em desenvolver projetos financiáveis pela banca. A formação para o empreendedorismo deveria também ser considerada como elemento curricular, tanto no ensino médio como no ensino secundário. Essa vertente permitirá formar futuros empresários mais sensíveis às questões da governação e da gestão para garantir o sucesso dos seus projetos.

5.7 Em matéria de direito empresarial, a adesão à Organização para a Harmonização em África do Direito dos Negócios permitirá a São Tomé e Príncipe beneficiar do saber fazer dos países vizinhos e contribuirá para melhorar o seu sistema judicial. No entanto, para eliminar todos estes condicionalismos atuais será necessário ultrapassar a barreira linguística. Em inúmeros serviços,

o uso da língua francesa ou inglesa é limitado. O domínio judicial deverá merecer particular atenção nesta matéria. Para aliviar o estrangulamento na concessão de crédito pelos bancos é necessária a revisão das disposições relativas ao estabelecimento de cauções.

5.8 As empresas deparam-se com custos adicionais em parte associados às condições em que determinados bens e serviços são fornecidos pelas empresas do Estado. Os investidores não podem ignorar os efeitos da gestão destas empresas sobre os custos. As condições de fornecimento de bens e serviços constituem, por conseguinte, um elemento fundamental na tomada da sua decisão. A gestão destas empresas públicas é, por essa razão, uma questão que convém considerar como prioritária e será necessário assegurar a sua autonomia em relação ao Estado. Mais do que a questão da sua privatização, o seu modo de administração tem uma importância fundamental no futuro próximo.

5.9 De um modo geral, são numerosos os obstáculos ao investimento sobre os quais o Estado tem a possibilidade de intervir com celeridade, sem comprometer as suas receitas. O presente relatório enumerou vários e formulou recomendações para a sua resolução. Estes obstáculos acabam por agravar os obstáculos de segunda ordem, cuja resolução é mais difícil ou exige mais tempo. Trata-se dos obstáculos relacionados com as condições geográficas e a insularidade do país. A resolução dos obstáculos de primeira ordem implica um aprofundamento das

reformas em curso, assim como a implementação de quadros de diálogo e de parcerias público-privadas transparentes e eficientes. A resolução dos obstáculos de segunda ordem exige uma abordagem que privilegie a implementação da integração regional, de modo a tirar partido da proximidade dos outros países, inscrevendo a promoção do investimento numa dinâmica de complementaridade e de competitividade regional. Tendo em conta a base económica do país e as suas características, e nomeadamente a ausência de um setor privado local forte, a fraca cultura empresarial, o peso do setor terciário, o carácter extensivo da agricultura e a existência de um setor financeiro extremamente conservador, um desenvolvimento autónomo, ainda que baseado nas vantagens comparativas teóricas de que o país dispõe, é uma aposta arriscada para qualquer investidor que tenha uma perspetiva de rentabilidade a médio e longo prazo³⁵.

5.10 A credibilidade de que o Banco Africano de Desenvolvimento goza tanto junto dos agentes são-tomenses como junto dos seus parceiros de desenvolvimento coloca-o em posição de prestar aconselhamento técnico e financeiro ao Governo no domínio das infraestruturas, na perspetiva do desenvolvimento petrolífero do país. O Banco está também bem posicionado para apoiar a criação de projetos suscetíveis de beneficiar os concursos bancários. O Banco deveria, em particular, ajudar o país na criação de uma unidade para parcerias público-privadas e explorar a possibilidade de criar linhas de crédito direcionadas para as PME e as microempresas.

35 O investimento do Grupo Pestana no setor hoteleiro é um exemplo comprovativo. Este só atingiu o nível de equilíbrio financeiro após sete anos de investimento. Este desempenho só foi alcançado graças às sinergias existentes entre as diferentes estruturas e empresas do grupo, e nomeadamente ao facto de este operar à escala internacional, estar presente em vários países e desenvolver as suas atividades em diferentes domínios mutuamente solidários, como a hotelaria e o transporte aéreo.



GRUPO DO BANCO AFRICANO
DE DESENVOLVIMENTO